

Pe. Antonio Rivero L.C.: “Quando a liberdade deve prevalecer sobre a obediência?”.

“O Evangelho não afasta os cristãos da política”

Textos: Isaias 45, 1, 4-6; 1 Tess 1, 1-5; Mateus 22, 15-21

Pe. Antonio Rivero L. C., Doutor em Teologia Espiritual, professor no Noviciado da Legião de Cristo em Monterrey (México) e assistente no apostolado de *Logos*, para a formação de sacerdotes diocesanos em México e Centro América.



Ideia principal: Ao César, o tributo; e a Deus, o culto, e não o contrário.

Resumo da mensagem: O Evangelho não afasta os cristãos da política, mas quer que o cristão participe com especial responsabilidade e testemunho da construção do bem comum. O difícil é como fundamentar no evangelho este compromisso, isto é, como uni-lo ao compromisso religioso para que não se perpetue aquela nefasta separação entre fé e práxis, entre o tributo que devemos dar a Deus e o tributo que devemos dar ao César. A Palavra de Deus nos ajuda hoje neste problema.

Pontos da ideia principal:

Em primeiro lugar, a Palavra de Jesus afirma que o Reino de Deus e o de César não se excluem, como pensavam os judeus. Agora bem, Jesus deixa bem claro que o poder político e militar são radicalmente relativizados, enquanto que o Reino de Deus é absoluto. A pergunta que lhe fizeram os fariseus e os de Herodes não era um pergunta, mas uma armadilha para lobo: se Jesus disser que não paguem ao César, entra em jogo a sua cabeça; mas se disser que paguem, então entra em jogo o prestígio e, com ele, a sua campanha eleitoral pelo reinado dos céus. A pergunta era uma hipocrisia, uma tentação. Tentação de idolatria. A moeda do tributo era o denário, que levava a inscrição: *“Tiberius divus et pontifex máximus”* (Tibério, deus e sumo pontífice). E o segundo mandamento do decálogo dizia: *“Não esculpirás imagem alguma, nada se pareça ao que existe lá em cima no céu...”* (Ex 20, 4; Dt 4, 15-20). Por isso Jesus responde: a César o que é de César, que é a obediência para com a autoridade nas coisas que mandem respeitando a Lei de Deus, e o que é de Deus a Deus, que é a adoração. Velas, uma e somente para Deus. Prevê-nos do fanatismo, absolutismo e sacralização da política.

Em segundo lugar, como deve se comportar então um cristão, um discípulo de Cristo diante do reino de César, isto é, diante do Estado e da ordem constituída? Obediência ou liberdade? Este é o dilema de sempre. O Novo Testamento resolve este dilema: o discípulo de Cristo fica livre não só para resistir ao Estado, mas também para obedecê-lo. O Estado não é um absoluto, um poder divino, como era antes da vinda de Cristo. Cristo modificou o conceito de poder e o substituiu com o serviço. Os nossos céсарes ou governantes de hoje entendem isso? O discípulo de Cristo pode aceitar o poder estatal em liberdade, sem o medo de cair no Estado-latria, ou seja no culto ao estado ou ao imperador. Só dará o seu tributo ao César quando tem consciência de que será um compromisso justo para a transformação da sociedade, quando tem consciência de que a sua colaboração com as leis, os votos e os impostos será construtiva, e quando essas leis emanadas do poder civil concordem e respeitem a Lei divina.

Finalmente, quando é que um discípulo de Cristo deve dizer “não” ao poder estatal e fazer resistência? Quando a liberdade deve prevalecer sobre a obediência? Também o Novo Testamento responde: quando está em jogo a própria fé, isto é, quando o Estado se desvia dos planos de Deus e se erige de novo como absoluto, como era antes de Cristo, e não permite mais “dar a Deus o que é de Deus”. Não devemos dar o nosso voto para políticos vivedores, insolventes, corruptos, golfos com dinheiro dos nossos impostos, governantes prepotentes, totalitários, antidemocráticos, que criam um Estado absoluto. Não demos o nosso voto para governantes que emitem ou propõem leis em contra do bem comum, que atacam o matrimônio, a família, a vida, a liberdade de ensino, a propriedade privada, o homem e Deus. Esta situação se repete hoje, em alguns regimes políticos, onde a Igreja é forçada a guardar silêncio e o cristão não pode – não deve- com toda a sua lealdade dizer um “sim” incondicional a tal Estado. O cristão se encontra num verdadeiro estado de perseguição. E às vezes até em situação de martírio.

Para refletir: Somos conscientes de que “*dar a Deus o que é de Deus*” significa devolver o seu absoluto poder legislativo, executivo, judicial, que está acima de todos os parlamentos, governos, partidos e Estados do mundo? Devolvemos a Deus o título de propriedade exclusiva de todos os bens da criação e nos contentamos com o título que temos, o de administradores desses bens, exercendo a sua função social: pão, trabalho, dinheiro, bens... de Deus para todos? Pensemos nesta frase de santo Agostinho: “*Deo, ait, reddendus est christianus amor, régibus humanus timor*” (Livro I contra Epístola Parm, c. 7: a Deus é preciso dar o amor cristão, aos reis o temor humano).

Para rezar: Quero rezar com Calderón da Barca, poeta do século XVIII espanhol: “*Ao rei, a fazenda e a vida se há de dar; mas a honra é patrimônio da alma e a alma só é de Deus*”. Senhor, ajudai-me a dar-Vos minha adoração, e ao estado, meu respeito e minha submissão em tudo aquilo que respeite vossa santa Lei. Mas quando o estado me peça coisas em contra da vossa santa Lei, dai-me a força de dizer “Não”, embora isso signifique a proscricção, a defenestração e o martírio.

Qualquer sugestão ou dúvida podem se comunicar com o padre Antonio neste e-mail:

arivero@legionaries.org

fonte: Zenit